



L.

ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Hugo Miguel Alves Ribeiro e Vânia Carvalho Dias da Silva de Antas de Barros, que substituiu o Vereador António Monteiro de Castro, nos termos dos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Não compareceram os Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto e Bruno Alberto Vieira Fernandes, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

O Presidente da Câmara deu as boas vindas à Vereadora Vânia Dias da Silva, presente nesta reunião em substituição do Vereador António Monteiro de Castro, tendo, de seguida, dado início ao período de intervenção dos Vereadores que o desejassem fazer. -----

1. André Coelho Lima – a) - Deu as boas vindas à Vereadora Vânia Dias da Silva, dizendo querer manifestar a sua alegria especial por partilhar a Vereação com uma amiga de longa data; **b)** – A propósito dos eventos ocorridos no Estádio D. Afonso Henriques, no passado dia 16 de fevereiro, aquando do jogo disputado entre o Vitória Sport Clube (VSC) e o Futebol Clube do Porto, referiu a aprovação, na última sessão da Assembleia

Municipal, de um texto trabalhado por todos os partidos políticos representados naquele órgão, condenando objetivamente quaisquer atos que discriminem seres humanos independentemente da sua raça ou proveniência e, simultaneamente, não permitindo que esta circunstância possa criar um anátema sobre a sociedade vimaranense. Disse que a mediatização do acontecimento acabou por criar um sentimento coletivo de autodefesa dos cidadãos vimaranenses, em boa parte justificado, acrescentando que a mensagem principal que deve passar é a de que Guimarães não é mais nem menos racista do que outras localidades de Portugal. Referiu o comportamento dos adeptos do VSC no jogo realizado na passada sexta-feira no Estádio do Desportivo das Aves como um exemplo de civismo, união e coesão. Disse considerar ser agora oportuno que a edilidade possa idealizar iniciativas de carácter simbólico, contrariando a onda mediática criada, numa manifestação clara de tolerância e união; c) – Referiu as celebrações de Carnaval de Nespereira e Pevidém, o primeiro imbuído do espírito brasileiro e o segundo com um carácter mais genuíno, considerando que estas manifestações culturais, para além dos apoios financeiros concedidos pela Câmara Municipal, deveriam ser representativas do concelho e projetadas como uma afirmação de Guimarães. Relativamente ao desfile de Carnaval organizado pela Câmara Municipal, em colaboração com as Instituições Particulares de Solidariedade Social de apoio a crianças e idosos do Concelho disse que iniciativas que promovam a infantilização da terceira idade não deveriam ser realizadas em locais públicos. Defendeu que a iniciativa deveria ter lugar em espaços circunscritos, não sujeitando os idosos a situações que não respeitam o seu bem-estar e a sua dignidade. Assim, defendeu uma reflexão acerca desta iniciativa na medida em que a exposição de pessoas que apresentam, já, algumas fragilidades intelectuais, deve merecer uma atenção redobrada. ----



11.
fu

2. Vereadora Vânia Dias da Silva – a) - Cumprimentou todos os presentes, agradeceu o acolhimento de todos dizendo sentir-se honrada em participar na condução dos destinos da sua cidade berço, num exercício responsável, empenhado, político e cívico. Acrescentou que a sua participação será apenas para substituição do titular do cargo, Eng.º Monteiro de Castro. Referiu o seu passado familiar, bem como o seu percurso profissional, acrescentando que, após o exercício de funções, entre outras, como Subsecretária de Estado do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, no XIX Governo Constitucional e como Deputada na Assembleia da República na XIII Legislatura, regressou a Guimarães, assumindo, agora, o exercício de funções na sua terra natal, demonstrando disponibilidade para trabalhar em prol do seu desenvolvimento; **b)** De seguida, referiu a questão da mobilidade, de e para Guimarães, em especial o transporte ferroviário, que considerou de “absoluto desastre”, solicitando que o Presidente da Câmara movesse influência aturada e pressionante junto do Governo Central; **c)** -Recordou as dificuldades subjacentes ao setor têxtil e a antevisão de um período ainda mais difícil, perguntando qual a estratégia de Guimarães face a esta situação. -----

3. Vereador Hugo Ribeiro – Deu as boas vindas à Vereadora Vânia Dias da Silva. De seguida, perguntou qual a razão porque havia sido retirado, na reunião de 3 de outubro último, um assunto relativo a uma certidão de interesse público em nome de FARIALMA de Fátima Ribeiro & Alberto Magalhães, LDA, e se o mesmo voltaria a ser agendado para análise do executivo camarário. -----

4. Presidente da Câmara – a) - Sobre os recentes acontecimentos no Estádio D. Afonso Henriques, disse que todos já falaram sobre o assunto, afirmando que Guimarães é um território tolerante e multirracial, realçando o exemplo e a referência da cidade de Guimarães na aceitação dos valores universais,

recordando que a Câmara Municipal de Guimarães, através da Vereadora Paula Oliveira, participou num encontro, nos Estados Unidos da América, de partilha da experiência do bem-sucedido programa “Guimarães Acolhe”, projeto municipal de acolhimento de pessoas com necessidade de proteção social. Disse estar em diálogo com o Presidente do VSC no sentido de ser concertada uma ação que possa afirmar e enaltecer os valores sociais dos vimaranenses e dos vitorianos; **b)** - Sobre o cortejo intergeracional de Carnaval esclareceu que sempre se respeitou o trabalho desenvolvido pelas IPSS, dizendo que o espaço público é sempre muito apetecido pelos intervenientes para estas manifestações, pela visibilidade e pelo sentimento de reconhecimento e gratidão. Contudo, reconheceu a preocupação manifestada pelo Vereador André Coelho Lima, acrescentando que a Vereadora Paula Oliveira terá em conta esta preocupação na avaliação da iniciativa; **c)** – Reconhecendo a tradição dos desfiles de Carnaval de Nespereira e Pevidém, disse que a Câmara Municipal, para além do financiamento, estava sempre disponível para dar o contributo ao nível da participação, recordando, contudo, que as instituições não gostam de interferências externas, cultivando a sua independência, mostrando-se disponível para dialogar com as associações que promovem o Carnaval em Nespereira e em Pevidém; **d)** - Sobre a mobilidade, disse que a Câmara Municipal tem cumprido o programa eleitoral que apresentou aos vimaranenses, embora nem sempre seja possível executar, no tempo e no modo previsto, as respetivas propostas, quer pela necessária interferência de entidades terceiras, quer pelo acréscimo, ao programa eleitoral, de outras realizações emergentes que promovem o desenvolvimento de Guimarães. Disse ter sido criada a perceção de que a mobilidade em Guimarães é difícil, acrescentando que a mesma situação se verifica noutras cidades como Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e até Vila Nova de



11

Famalicão. Referiu que o plano de mobilidade urbana sustentável assenta ainda nos percursos pedonais e na ciclovía, priorizando o cidadão que se queira deslocar em distâncias curtas a pé, bem como em distâncias mais longas, em bicicleta. Defendeu um conceito cultural ecológico, na defesa do transporte público com viaturas elétricas contribuindo, assim, para a menor emissão de partículas de dióxido de carbono para a atmosfera e cooperando na mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Por último, lembrou ainda o trabalho que tem vindo a ser feito para que uma ligação descarbonizada seja realizada entre os quatro concelhos do Quadrilátero Urbano; e) - Sobre a economia, disse que se tem trabalhado no âmbito do Quadrilátero Urbano referindo alguns exemplos de parceria, como o AVEPARK, considerado estratégico, e o Instituto de Nanotecnologia, sedado em Braga. Quanto ao setor têxtil disse que já por diversos momentos vaticinaram o seu fim, acabando por ficar mais forte. Disse que, em Guimarães, há cerca de 4 mil microempresas com um volume de vendas superior a 1,2 mil milhões de euros. Referiu exemplos de empresas bem-sucedidas de Guimarães na área da metalomecânica, considerando que a concorrência com os municípios vizinhos é de cooperação na atração de investimento público e estrangeiro. Por último, disse que, brevemente, reunirá com o Ministro da Economia para debater a economia digital, fundamental quer para as empresas existentes quer para as novas empresas. -----

5. Vereador Fernando Seara de Sá – Sobre o assunto retirado na reunião de Câmara de 3 de outubro último disse tratar-se da emissão de certidão de interesse público para uma parcela de terreno necessária à ampliação de uma empresa, junto ao Parque Industrial de Ponte, concorrendo com a eventual necessidade de ocupação do mesmo terreno com a execução da via do AVEPARK, estando o assunto a ser estudado pelos serviços municipais. ---

-----INFORMAÇÕES-----

O Presidente da Câmara informou ter reunido com a Ministra a Saúde no sentido de solucionar a abertura da Unidade de Hemodinâmica criada no Hospital da Senhora da Oliveira, tendo-lhe sido comunicado que vai ser criada uma equipa de trabalho tendo em vista a alteração da Rede de Referenciação a fim de estabelecer uma parceria entre os Hospitais de Guimarães e Braga na partilha de recursos. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA remetendo, para conhecimento, a Execução Orçamental do 2.º e 3.º Trimestre de 2019, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do ofício da VIMÁGUA, EIM, SA remetendo, para conhecimento, o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao terceiro trimestre de 2019, aprovado em reunião do respetivo Conselho de Administração realizada a 29 de janeiro de 2019, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 6 de fevereiro de 2020, que concordou com a arrematação definitiva de 5 veículos abandonados na via pública, 14 viaturas e 1 equipamento do Município e metais ferrosos e alumínio, de acordo com a respetiva ata, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 16 de fevereiro de 2020, que concordou com a aquisição, por usucapião, do prédio urbano “Casa Medieval”, situado na Praça de S. Tiago, n.º 24 A, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efetuar os respetivos registos na



L.

Conservatória do Registo Predial. -----

5. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 22 de janeiro de 2020, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 300 m², sita na rua S. Nicolau dos Estudantes, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, destinada a integrar o domínio público municipal, necessária à execução da requalificação do Parque das Hortas e da área envolvente, pelo valor de €50.000,00. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Vânia Dias da Silva não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE VERMIS – MOREIRA DE CÓNEGOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de fevereiro de 2020, que concordou com a seguinte informação: Presente a seguinte proposta: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €200.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.2.66. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “NVE – Engenharias, SA” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 05/02/2020, pelo preço de €2.364.822,86 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: ano de 2020 – €1.022.558,94 + IVA = €1.083.912,48; ano de 2021 – €1.342.263,92 + IVA = €1.422.799,75.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE VERMIS - MOREIRA DE CÓNEGOS – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público

identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Requalificação da EB1 de Vermis – Moreira de Cónegos” seja adjudicada ao concorrente “N.V.E. – Engenharias, SA” pelo preço de €2.364.822,86 (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e dois euros e oitenta e seis cêntimos) + IVA, sendo o prazo de execução de 365 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Propõe-se, ainda, a aprovação da correspondente minuta do contrato.” O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DE UM TROÇO NA EN 207 - 4 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de fevereiro de 2020, que concordou com a seguinte informação: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.750.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.56. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “SINOP – António Moreira dos Santos, SA”, conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 14/02/2020, pelo preço de €749.943,95 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: ano de 2020 – €740.233,65 + IVA = €784.647,67; ano de 2021 – €9.710,30 + IVA = €10.292,92.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DE UM TROÇO NA EN 207 - 4 – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Reperfilamento de um troço na EN 207-4” seja adjudicada ao concorrente



L.

“SINOP – António Moreira dos Santos, SA”, pelo preço de €749.943,95 + IVA (setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos) sendo o prazo de execução de 300 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Propõe-se, ainda, a aprovação da correspondente minuta do contrato.” O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – REFORÇO DO NÚMERO DE CARTÕES A ATRIBUIR EM 2020 AO ABRIGO DO PROGRAMA “ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO”

- PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da aprovação da adesão do Município ao Programa “Abem: Rede Solidária do Medicamento”, na Reunião de Câmara decorrida a 22 de março de 2018, a Câmara Municipal de Guimarães e a Associação Dignitude assinaram no dia 27 de março de 2018 um protocolo que, desde então, tem assegurado aos mais carenciados o acesso livre, rápido e eficaz a medicamentos. Através deste Programa, a Divisão de Ação Social tem identificado, referenciado e atribuído um conjunto de cartões que garantem aos munícipes beneficiários a cobertura total do valor não participado pelo SNS na aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica. Este processo afigura-se muito vantajoso para os beneficiários pois, para além de não existir um *plafond* associado, depois de atribuído o respetivo cartão deste programa cada pessoa pode, autonomamente, escolher e dirigir-se a uma das farmácias aderentes e adquirir a sua medicação, sem necessidade de apresentação de orçamentos, e sem tempo de espera, como acontece nos processos que são apoiados por via do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Esta comparticipação na totalidade das necessidades de aquisição de medicação apenas é possível porque fica a cargo do Fundo Solidário ABEM, competindo

ao Município a contribuição com 100 euros anuais por beneficiário. Compete igualmente ao Município, em exclusivo, a referenciação dos beneficiários e a entrega dos cartões aos munícipes (cabendo a responsabilidade da emissão dos cartões à associação Dignitude), o que nos permite garantir que este apoio é concedido a quem efetivamente necessita. Em proposta aprovada na Reunião de Camara de 15 de março de 2018 ficou determinada a atribuição deste cartão a 100 pessoas carenciadas, numa primeira fase deste projeto, tendo a procura deste apoio excedido as nossas previsões iniciais, pelo que, em função da avaliação e acompanhamento deste processo e das candidaturas que vão sendo submetidas, foram, entretanto, entregues cerca de 600 cartões a agregados familiares em situação de vulnerabilidade. Efetuada nova avaliação a este processo registam-se, à data, mais de 300 pedidos em lista de espera, tornando-se necessário, no decorrer do presente ano, proceder à renovação de um conjunto de cartões anteriormente emitidos. Considerando que o apoio para aquisição de medicação ao abrigo do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade é pontual e implica um processo mais moroso e uma resposta menos célere, e por forma a garantir a equidade no acesso a este benefício de todos os agregados familiares em situação de comprovada carência socioeconómica, submeto para aprovação a atribuição de mais 600 cartões atendendo, por um lado, à necessidade de renovar anualmente os primeiros cartões emitidos e, por outro, à premência de atribuir cartões aos beneficiários que se encontram em lista de espera, o que implica um custo de €60.000,00 (sessenta mil euros) para o Município.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE



GUIMARÃES E A ASSOCIAÇÃO TEACH FOR PORTUGAL – PROJETO PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, no âmbito das competências em matéria de Educação, e de acordo com o plasmado no seu Plano Educativo Local, elegeu como um dos objetivos a aposta num sistema de educação igualitário, que promova e possibilite às escolas e alunos o desenvolvimento e participação em projetos educativos que visem a construção de cidadãos mais interventivos, participativos e com apropriação do seu território e do mundo e o desenvolvimento de competências adequadas ao perfil dos alunos do séc. XXI, identificando fatores de insucesso e agindo sobre os mesmos, num diagnóstico assente na realidade territorial e na procura de programas e estratégias que dirimam os impedimentos a um percurso educativo de sucesso. Nesta conformidade, a premissa da ação concelhia assenta numa intervenção globalizada que não exclua quaisquer alunos ou ciclos de escolaridade deste Plano, balizado pela definição das atribuições do Município, em matéria de Educação, nos termos do art.º 23º, nº 2, alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Nesta linha de atuação surge o projeto *Teach for All*, promovido pela *Associação Teach for Portugal* (TFP), associação sem fins lucrativos legalmente constituída, que visa a promoção da educação em projetos de combate nas desigualdades educativas e de garante do acesso a uma educação de qualidade e equidade. O projeto, com a duração de dois anos letivos, desenvolve-se em parceria com escolas e entidades através da inserção de mentores nos territórios educativos nos quais, a partir de diagnóstico, intervêm ativamente com o objetivo de diminuir os fatores de desequilíbrio educativo. Este projeto foi objeto de candidatura no âmbito da operação *Portugal Inovação Social*, tendo sido aprovado com financiamento do quadro *Parcerias para o Impacto*. Dada a natureza deste projeto

considerou-se que o mesmo se afiguraria como uma mais-valia para um território educativo como o do Agrupamento de Escolas de Vale de S. Torcato, porquanto estamos perante um agrupamento de escolas designado pelo Ministério da Educação como de intervenção prioritária. Em face do exposto, propõe-se, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que seja celebrado um Protocolo de Cooperação com a *Associação Teach for Portugal* e a atribuição de um apoio financeiro àquela entidade para a implementação do projeto no Agrupamento de Escolas de Vale de S. Torcato. O valor global do apoio a conceder é de €10.000, a transferir em 2 tranches de €5.000/cada, dado que existe a garantia de aprovação do respetivo financiamento no âmbito do programa *Portugal Inovação Social*, pelo que se solicita despacho de autorização de cabimento e compromisso daquele montante. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – EXECUÇÕES FISCAIS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA – Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Lei das Finanças Locais, na sua redação atual, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Dispõe o art.º 6.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que as autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Essa autonomia financeira assenta nos poderes dos seus órgãos, quando exercem, entre outros, os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos como também liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas. De harmonia com o disposto no art.º 14.º da referida lei, constitui receita municipal entre outras, o produto da



11.

cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, referindo ainda no seu art.º 15.º que " *Os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente: (...) c) Possibilidade de cobrança coerciva de impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nos termos a definir por diploma próprio.*" A cobrança coerciva das dívidas ao município segue a forma do processo de execução fiscal, nos termos do art.º 12.º, n.º 2 do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e art.º 148.º, n.º 1, alínea a) do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT). O órgão com legitimidade para promover a execução das dívidas suscetíveis de execução fiscal é o denominado Órgão da Execução fiscal (art.ºs 149.º, 150.º e 152.º do CPPT). Dispõe o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua versão atual - diploma que aprovou o CPPT - que, para efeitos deste código, em matéria de execução fiscal, consideram-se órgãos periféricos locais, as repartições de finanças ou quaisquer outros órgãos da administração tributária a quem lei especial atribua as competências destas no processo, e que, em caso de tributos autárquicos, serão exercidas, pela respetiva autarquia (art.º 7.º, n.º 1). As aludidas competências, como decorre do disposto n.º 2 do citado artigo 7.º, são atribuídas ao Presidente da Câmara, podendo ser delegadas nos termos do n.º 6 do art.º 88.º do CPPT. A Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Guimarães em vigor define que compete ao Gabinete de Contraordenações e Execuções Fiscais, na dependência da Divisão Jurídica, organizar e instruir os processos de execução fiscal. Por outro lado, estabelece o art.º 61.º do Regulamento Municipal das Taxas e Outras Receitas Municipais que o prazo para pagamento voluntário das taxas ou outras receitas municipais é de quinze dias, a contar da respetiva notificação, salvo nos casos em que a lei

ou a própria notificação fixe prazo específico, sendo que é expressamente proibida a concessão de moratória. No que respeita à cobrança coerciva, o referido regulamento refere que, compete à Câmara Municipal a cobrança coerciva das dívidas provenientes de taxas e outras receitas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no CPPT, e que findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas e que constituam débitos ao Município, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal. (art.º 66.º). Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais relativas a facto, serviço ou benefício de que o contribuinte tenha usufruído sem o respetivo pagamento e o não pagamento das taxas e outras receitas municipais implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes para efeitos de execução fiscal. Antes da extração das certidões de dívida, os serviços emissores deverão certificar-se que os devedores estão devidamente notificados, nos termos do art.º 50.º do mesmo Regulamento. A certidão de dívida extraída do título de cobrança relativa às taxas e outras receitas do Município – *título executivo* - é o documento que serve de base à execução fiscal (art.º 162.º do CPPT). O processo de execução fiscal é um processo especial com consideráveis diferenças em relação, não só ao processo de execução comum, como também, ao próprio processo administrativo, pelo que a legislação tributária, nomeadamente, a Lei Geral Tributária (LGT) e o próprio CPPT, pretende aplicar-se, sobretudo aos serviços da Autoridade Tributária (AT), que tem ferramentas que mais nenhuma outra entidade pública, nomeadamente as autarquias locais, têm. Aliás, denota-se que, muitas alterações a esses diplomas, mais não são do que uma tentativa de resolução de litígios e/ou dificuldades que vão surgindo à AT, na aplicação da aludida legislação. A que acresce a dificuldade de compatibilização do



processo de execução fiscal com a demais legislação especial aplicada às autarquias locais, prejudicando a busca de soluções jurídicas concretas adequadas. Dificuldade agravada pela ausência de jurisprudência relativa à cobrança coerciva dos tributos autárquicos, seja através da execução fiscal, seja mesmo através do processo de execução comum. Isto sem descorar que, embora exista diversa doutrina sobre o processo de execução fiscal em geral, poucos são os autores que se debruçam sobre as questões específicas do processo de execução fiscal das autarquias locais; Sucede que a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março veio aditar o n.º 4 ao artigo 7.º do referido Decreto-Lei n.º 433/99, retificado depois pela Declaração de Retificação nº 10/2016, de 25 de maio, estabelecendo que *“A competência para cobrança coerciva de impostos e outros tributos administrados por autarquias locais pode ser atribuída à administração tributária mediante protocolo”*. Nessa medida, foi estabelecido contacto com a DSGCT-PAJ – Equipa de Projetos e Apoio Jurídico da Autoridade Tributária de modo a conhecer os trâmites necessários para a celebração do referido protocolo. Nessa sequência, foi-nos remetida a respetiva minuta de protocolo, que se anexa à presente informação e que dela faz parte integrante (**doc. 1**), para apreciação e deliberação quanto aos dados identificativos e taxas e outras receitas cuja cobrança se pretende que a Autoridade Tributária cobre em nome do Município. Relativamente à operacionalização prática da instauração dos processos de execução fiscal, foi-nos informado que os dados da certidão de dívida deverão ser inseridos pelos nossos serviços no Portal das Finanças, sendo que a tramitação subsequente caberá integralmente à Autoridade Tributária, sem custos para o Município. Assim, competirá ao Município: a) Emitir o título executivo para cobrança das dívidas, com os requisitos previstos no artigo 162.º e 163.º do CPPT; b) Proceder à pré inserção dos elementos da certidão de dívida e enviar, em formato digital, a respetiva

certidão no portal de finanças; c) Só proceder à pré inserção da certidão de dívida para efeitos de instauração do PEF, após o decurso dos prazos legais de contestação; d) Assegurar o pagamento dos encargos do processo de execução fiscal nos casos em que, independentemente da causa, ocorra a anulação da dívida ou do processo de execução fiscal; e) Assegurar a intervenção judicial, no desenvolvimento de processos de contencioso administrativo e judicial relativos aos tributos definidos para cobrança pela AT. Por sua vez, a AT comprometer-se-á a: a) Instaurar os processos de execução fiscal no serviço de finanças do domicílio ou sede do devedor; b) Transferir para o Município as quantias cobradas no processo de execução fiscal constantes do título executivo, acrescido dos juros de mora apurados no PEF; c) Abater às quantias a que se refere a alínea anterior o valor dos encargos que são da responsabilidade do Município, ou seja, quando ocorra a anulação da dívida ou do processo de execução fiscal. Pelo exposto, conclui-se que a celebração de protocolo com a Autoridade Tributária, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do CPPT, na redação dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pode ser a solução mais eficiente e célere para a cobrança coerciva das dívidas (taxas ou outras receitas administradas pelo Município), na medida em que a AT é a entidade que detém ferramentas mais persuasivas e recursos humanos e técnicos que nenhuma entidade tem. Assim, nos termos da al. r) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 4 do art.º 7.º do Decreto-lei n.º 433/99, na versão aditada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, coloca-se à consideração superior a submissão, à aprovação da Câmara Municipal, de uma proposta para autorizar a celebração do protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme documento em anexo, onde são definidos os termos e condições em que a administração tributária é competente para a cobrança coerciva



11.

das taxas e outras receitas administradas pelo Município.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À CASA DA JUVENTUDE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “A Casa de Juventude de Guimarães, com sede na rua da Caldeiroa nº 33, desta cidade, através de email datado de 21/01/2020, solicita a cedência de armários metálicos fechados de forma a resguardar, em condições de segurança, os diversos materiais que se encontram arrecadados naquela instituição. Em visita ao armazém afeto à Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de dois armários metálicos fechados que, apesar do seu razoável estado de conservação, já não se adequam às necessidades dos diversos serviços municipais e que poderão ser disponibilizados. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo. Ao referido equipamento foi atribuído o valor total de **€300,00**, conforme a seguir se discrimina. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2 Armários metálicos fechados, cor preta, tampo em madeira e portas em persiana	€150,00	€300,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – REPOSIÇÃO DE QUANTIA INDEVIDAMENTE PAGA

– RELEVAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “O colaborador com o n.º mecanográfico 6795 executou nesta autarquia trabalho socialmente necessário ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção +, tendo recebido indevidamente a quantia de €242,30, conforme resulta do respetivo processo e da informação anexa. Tendo sido pago parte deste

valor, em prestações, o interessado requer a relevação da obrigação de reposição da quantia remanescente, no valor de €79,80 alegando manter-se em situação precária, pelo facto de receber uma pensão de invalidez baixa, gasta em medicação, e de sobreviver com a ajuda dos irmãos, que vinham assegurando o pagamento da dívida. Foi apresentado documento emitido pela Autoridade Tributária, comprovativo dos rendimentos auferidos em 2018 pelo requerente, que totalizam €3.228,96, correspondentes a rendimentos de pensões. De acordo com o Regime da Administração Financeira do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, é permitido, em casos excecionais e devidamente justificados, determinar a relevação, total ou parcial, das quantias indevidamente recebidas, desde que, no momento em que receberam as quantias em causa, os interessados não tivessem conhecimento de que esse recebimento era indevido (artigo 38.º), sendo a competência para determinar a relevação da câmara municipal. Considerando o montante global a repor, os argumentos expostos pelo requerente e o documento apresentado, **propõe-se que a Câmara Municipal autorize a relevação total da reposição do montante de €79,80, ao abrigo do referido artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.** **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, os Agrupamentos de Escolas vêm solicitar à autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de grave vulnerabilidade económica e



social. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas no valor de €1.143,37, respeitantes a três alunos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2020/2021 – Presente a seguinte informação: “Como é do conhecimento superior, em cada ano letivo, e em conformidade com a legislação em vigor em matéria de transporte escolar, é elaborado um plano que consagra a oferta de serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico e secundário. Nesse sentido, tendo por base o número de alunos que foram transportados no mês de novembro de 2019, o serviço de transporte escolar para o ano letivo 2020/2021 será organizado da seguinte forma: em circuito de carreira pública, para a generalidade dos alunos, num total 3.146 do ensino básico e 1.990 do secundário, sendo o transporte assegurado pelas empresas *ARRIVA, PORTUGAL TRANSPORTES LDA.; AUTO-VIAÇÃO LANDIM, LDA.; TRANSDEV, NORTE S.A.; REDM-RODOVIÁRIA ENTRE DOURO E MINHO*, licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e Transportes, IP, e pela *TUG – TRANSURBANOS DE GUIMARÃES* na área urbana, em circuito especial, para um total de 395 alunos, sendo o transporte assegurado em viaturas de aluguer ligeiras ou de aluguer pesadas. De acordo com o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021, o custo anual da oferta de serviço de transporte é de €2.591.516,90 assim repartidos: circuitos em carreira pública: €2.111.541,30; circuitos especiais em viatura de aluguer ligeira: €69.242,80; circuitos especiais em viatura de aluguer pesada: €410.732,80. Neste sentido, e para a execução do presente PTE serão desencadeados os procedimentos respetivos, de acordo com a lei aplicável, designadamente

contratação excluída para os transportes em carreira pública, ajustes diretos para os circuitos especiais em viatura de aluguer ligeira à medida que forem solicitados pelos estabelecimentos de ensino, e concurso público para os circuitos especiais em viatura de aluguer pesada para o transporte de alunos do ensino básico que, em resultado do reordenamento da rede do 1º ciclo, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino. Mais se informa que, na sequência do despacho superiormente emitido a 6 de janeiro último, o custo do passe mensal dos alunos do ensino secundário será assegurado na totalidade pela Câmara Municipal. Perante o exposto, coloca-se à consideração superior a aprovação em reunião de Câmara do Plano de Transportes Escolares a vigorar no ano letivo 2020/2021, conforme documento em anexo. À consideração superior.” O Plano de Transportes dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – LIONS CLUBE DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “O Lions Clube de Guimarães apresentou um pedido de apoio a esta Câmara Municipal no dia 3 de dezembro de 2019, no âmbito da organização do evento “Guimarães de Mãos Dadas” que decorreu no passado dia 10 de janeiro no Centro Cultural Vila Flor. Tratou-se de um evento solidário cuja receita irá reverter para o Serviço de Oncologia do Hospital de Guimarães, nomeadamente para efeitos da aquisição de um Mamógrafo. Esta instituição foi fundada em 13 de dezembro de 1969 e tem desenvolvido um trabalho importante no combate às desigualdades sociais, nomeadamente por via do seu “Regulamento para a concessão de subsídios não reembolsáveis a famílias carenciadas” que permite promover a igualdade de oportunidades no sucesso escolar, concedendo anualmente subsídios a famílias carenciadas para participação nos encargos com a frequência de curso superior.



1.

Salientem-se também as inúmeras ações de promoção da saúde e de angariação de fundos em que colaboram, como é o caso da “Semana da Diabetes” e do “Peditório Anual da Liga Portuguesa contra o Cancro”. O Lions Clube de Guimarães apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e porque o evento solidário a apoiar concorre para os desígnios estratégicos do Município de Guimarães em matéria de promoção da saúde e da inclusão social, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio a esta instituição no valor de €19.803,00 (dezanove mil oitocentos e três euros), ao abrigo do artigo 9.º do referido Regulamento. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A AQUISIÇÃO DE TRÊS ELETRODOMÉSTICOS – Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social três candidaturas para apoio na aquisição de três eletrodomésticos, uma máquina de lavar roupa, um esquentador ventilado e um forno. Após análise destas candidaturas e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Subsídio a atribuir
211405990/20	Fermentões	€156,09	€395,00
190225726/20	Creixomil	€95,64	€249,90
289419964/20	Oliveira do Castelo	RDN	€209,00

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio aos

requerentes, num valor total de **€853,90** (oitocentos e cinquenta e três euros e noventa cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

AÇÃO SOCIAL – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL DO NORTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte de senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, nos dias 12 e 26 de março, ao Porto. Considerando que se tratam de deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 17 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL 2020 – Presente a seguinte proposta: “O novo regulamento de apoio às iniciativas culturais promovidas no Município – IMPACTA – prevê, no seu artigo 25º e seguintes, a atribuição de apoios financeiros à circulação de projetos culturais na área do Município. Porém, as candidaturas a esta linha de financiamento apenas abrem no mês de setembro, visando a definição dos projetos apoiados para circulação no ano seguinte. Assim, e como forma de não prejudicar o seguimento da política prosseguida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se que, transitoriamente, estes apoios sejam atribuídos nos moldes tradicionais, a consequente aprovação da atribuição de subsídios constante da presente proposta, no montante total de **€79.450,00** e o estabelecimento dos



h.

correspondentes protocolos de colaboração, de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: -----

Bandas Musicais e Orquestras	€19 500,00
Grupo Folclóricos	€22 600,00
Grupos de Teatro	€16 500,00
Grupos Corais	€6 400,00
Grupos de Música	€7 200,00
Escolas de Música	€7 250,00
Total	€79 450,00

Por comparação com a proposta aprovada no ano transato, a presente proposta contempla uma alteração, com a inclusão do Grupo de Cavaquinhos de Guardizela (Freguesia de Guardizela). A lista das entidades contempladas consta de anexo à presente proposta. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias), bem como de situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, sem as quais o pagamento não poderá ser efetuado. Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com as diversas entidades protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas." A lista das entidades e as minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – NELTUM - NÚCLEO DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM TEATRO DA UMINHO - II ENET (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE TEATRO) - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "NELTUM é a designação do Núcleo de Estudantes da Licenciatura em

Teatro da Universidade do Minho, que se constituiu em associação cultural sem fins lucrativos com sede em Guimarães. Propõe-se organizar, nos dias 4 e 5 de abril de 2020, na Plataforma das Artes e da Criatividade, o II ENET – Encontro Nacional de Estudantes de Teatro, visando proporcionar momentos de partilha de conhecimento, experiências e métodos artísticos entre artistas profissionais/investigadores e os futuros artistas, criar condições favoráveis à criação e consequente expansão de uma rede de contactos e explorar novos métodos de divulgação de resultados de investigação. Assim, considerando o interesse público de que se revestem estas ações, designadamente pelo incentivo e apoio à criação artística com origem em Guimarães e à sua divulgação e circulação, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao NELTUM - Núcleo de Estudantes da Licenciatura em Teatro da Universidade do Minho, de um subsídio de €2.000,00, destinado a suportar os custos de organização do II ENET - Encontro Nacional de Estudantes de Teatro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – AFONSINA – TUNA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO - XV CIDADE BERÇO - FESTIVAL DE TUNAS ACADÉMICAS-

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS – Presente a seguinte proposta: “A Afonsina – Tuna de Engenharia da Universidade do Minho propõe-se promover a XV edição do Festival de Tunas Académicas “Cidade Berço”, em Guimarães, nos próximos dias 6 e 7 de março. Para o efeito, e como vem sendo hábito nos últimos anos, solicitam os seguintes apoios: - Autorização de ocupação do Largo da Oliveira na noite de 6 de março; - Montagem e desmontagem de um palco no mesmo local e data, podendo implicar a necessidade de realização de trabalho extraordinário; - Contratação de baixada de 30 amperes e assunção dos custos de consumo, estimados em €150,00; -



Cedência de autocarro para transporte de tunos nos dias 7 e 8 de março, implicando a realização de trabalho extraordinário; - Cedência de 6 cantarinhas para oferta aos representantes das Tunas participantes; - Aplicação de 50% de desconto nos custos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para realização da segunda noite do evento, em 7 de março de 2020, nos termos da alínea b ii) do Art.º 74º da Tabela de Taxas e Outras Receitas 2020. Dado o interesse cultural de que se reveste a iniciativa, a sua comprovada capacidade de mobilização de tunos e de público e a tradição que vai consolidando, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a disponibilização dos apoios supra identificados.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa sénior no dia 1 de março, a Amares. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa nos oitavos de final da Taça Associação de Futebol de Braga e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – BERÇO SPORT CLUBE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Berço Sport Clube solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa sénior no dia 26 de janeiro, a Mirandela. Considerando que se

tratou de uma deslocação que visou a participação da equipa no Campeonato de Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “O

Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a sua habitação própria e permanente. Ao abrigo desta disposição legal, três bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Taipas apresentaram nesta Câmara Municipal o pedido de concessão do



Handwritten signature

benefício do reembolso de 20% do IMI, sendo um deles relativo aos anos de 2017 e de 2018 e os outros dois referentes somente ao ano de 2018. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, todos eles reuniram os requisitos para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinados os respetivos processos, e conforme documentos apresentados pelos interessados, verifica-se que o domicílio fiscal dos requerentes corresponde à morada dos prédios sobre os quais incide o pedido do reembolso. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, têm direito ao reembolso de 20% do IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, os bombeiros abaixo identificados. -----

Nome	Artigo matricial	Freguesia	Valor Total do Imposto 2017	Valor Total do Imposto 2018	Valor do reembolso	Proposta de cabimento	Compromisso
Avelino Fernando Castro Ribeiro	U-2558	Ponte	€203,50	€206,31	€40,70 €41,26	1079	993
António José Machado Magalhães	U-858-H	Sande S. Martinho	-----	€151,90	€30,38		994
João Paulo Costa Gomes	U-3303-C	Ponte	-----	e170,09	€34,02		995

Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor total de **€146,36** (cento e quarenta e seis euros e trinta e seis cêntimos) aos referidos bombeiros voluntários, conforme discriminado no quadro supra, ao abrigo do disposto no Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR

ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----

Assinatura do Presidente

[Assinatura]